

Oliveira Lima e as longas
durações da historiografia da
Independência

Oliveira Lima and the long-
durées in the historiography
of Brazilian Independence

João Paulo Pimenta¹



Resumo: Este artigo analisa a contribuição de Manuel de Oliveira Lima para a historiografia da Independência do Brasil a partir de um problema específico: como algumas de suas interpretações deram continuidade a outras anteriores já presentes na cultura de história brasileira de sua época e que, por meio de sua obra, puderam se perpetuar. As longas durações historiográficas assim constituídas na historiografia da Independência, com a decisiva contribuição do autor, são aqui observadas a partir de quatro questões, presentes em três de seus livros: o peso dos indivíduos na história, o problema do surgimento da nacionalidade brasileira, o chamado “Grito do Ipiranga”, e a Independência como uma espécie de “desquite amigável” entre Brasil e Portugal. **Palavras-chave:** Independência, Oliveira Lima, Historiografia, Nação, Longa Duração.

Abstract: This article analyzes the work of Manuel de Oliveira Lima about Brazilian independence. It focuses on the problem of how his work profited from other ideas available at his epoch and, at the same time, give a strong contribution to these ideas to come along the XXth and XXIth centuries. Four ideas are analyzed here: the role of biographies in history; the emergence of Brazilian nationality; the “Grito do Ipiranga”; and Brazilian Independence and a sort of “friendship divorce”. **Keywords:** Brazilian Independence, Oliveira Lima, Historiography, Nation, Long-durée.



Introdução

O estabelecimento dos temas organizadores e estruturais da inserção de uma historiografia em uma cultura de história nacional² depende, evidentemente, de autores, obras, aceitações e legitimações que variam ao longo do tempo. Menos evidentemente, mas não menos intensamente, esse estabelecimento depende também de tradições, de convenções intelectuais e de interesses sociais já disponíveis nos momentos em que cada autor produz sua obra; autor e obra que podem, por seu turno e em distintos níveis, impor continuidades, descontinuidades e alterações à historiografia que os envolve. Manuel de Oliveira Lima (Recife, 1867 – Washington, 1928) e sua obra relativa à Independência do Brasil nos oferecem uma excelente possibilidade de estudo de caso desse problema. Pesquisando, elaborando, escrevendo e publicando entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, este influente autor renovou parcialmente as interpretações acerca da Independência; igualmente, interagiu com formas de concebê-la já disponíveis em sua época, atribuindo-lhes, sob a égide da legitimidade adquirida por seu trabalho, uma força perpetuadora para o futuro.

São essas potências tradicionais e reiterativas da obra de Oliveira Lima acerca da Independência - e não as inovadoras - as que aqui nos interessam. Mais particularmente, aquelas presentes em *D. João VI no Brasil* (1908), *Formação histórica da nacionalidade brasileira* (1911) e *O movimento da independência, 1821-1822* (1922) (LIMA, 1908; LIMA, 1911; LIMA, 1922); esta última, publicada por ocasião do Centenário da Independência, em cujas festividades, aliás, o autor ocupou um papel central de intelectual e divulgador de conhecimento histórico (MOTTA, 1992; SANT'ANA, 2008).

Nossa análise tem por foco quatro questões presentes em tais obras: suas concepções 1) acerca do papel dos indivíduos na história; 2) da questão nacional no processo de independência; 3) do chamado “Grito do Ipiranga”; 4) e da separação política entre Brasil e Portugal como uma espécie de – segundo suas próprias palavras - “desquite amigável”. Nessas quatro questões revelam-se *longas durações da historiografia da Independência*, uma vez que elas já estavam disponíveis ao tempo de Oliveira Lima que, por seu turno, deu-lhes nova força e sobrevida (COSTA, 2005 p. 53-118), sendo então catapultadas para o futuro de modo a fazerem-se presentes até hoje, e não só em partes da historiografia, mas também de nossa cultura de história em geral. O que se segue é um diagnóstico que enseja uma análise de dupla dimensão: pois busca entender como longas



durações da historiografia da Independência informaram a obra de Oliveira Lima, e como esta serviu à reiteração daquelas.

Os indivíduos e a Independência

De acordo com Teresa Malatian, a formação intelectual de Oliveira Lima, fortemente influenciada por autores como Leopold von Ranke (1795-1886), Theodor Mommsen (1817-1903) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), imprimiu à sua obra uma marca de atenção particular dada aos componentes psíquicos de indivíduos supostamente especiais, na medida em que tais indivíduos personificariam vontades, forças e espíritos coletivos e se constituiriam em espécie de catalizadores das forças históricas de seu tempo. Já sob influência de correntes do darwinismo social, em especial da obra de Herbert Spencer (1820-1903), Oliveira Lima se interessou por questões relativas às nações e nacionalidades, entendendo-as como resultados de processos evolutivos e, de certo modo, naturais (MALATIAN, s.d.).

Daí a tônica geral claramente expressa em *O movimento da Independência*: a ação de personagens-chave que, supostamente capazes de traduzir vontades coletivas, personificariam a formação da nacionalidade brasileira por meio do processo de Independência. A todos esses personagens, Oliveira Lima reserva uma apreciação de atributos individuais. Sobre D. João VI, considerado um monarca “astuto” (LIMA, 1922, p. 9), um “sagaz que apenas pecava pela fraqueza de vontade” (LIMA, 1922, p. 14) e dotado de grande “perspicácia” (LIMA, 1922, p. 10), afirma:

[...] a psicologia do rei não era complicada, mas eram complicados os seus processos psicológicos, porque provinham de vacilações filhas do seu raciocínio inteligente e obedeciam não só a móveis íntimos, que ele tinha o hábito de dissimular, como também a pressões externas que alternadamente com aqueles agiam sobre a sua vontade (LIMA, 1922, p. 8).

Logo, a descrição de características psicológicas e de atributos pessoais como os de D. João, são elevados à condição de fator explicativo da história. Em *Formação histórica da nacionalidade brasileira* afirma, a propósito do “sábio rei”:

Faltava-lhe realmente uma qualidade: a firmeza, e vós sabeis que a



zombaria persegue facilmente aos fracos. Mas foi talvez essa fraqueza que mais contribuiu para torná-lo tão tolerante e tão clarividente: tolerante para manter o rigor da autoridade com o mínimo de violência, e para aceitar de bom grado os pareceres antes de seguir o seu; clarividente para prever e para preparar a solução de todos os negócios do Estado, desde a conservação do Reino de Portugal, mediante sua retirada para o Brasil, até à separação brasileira associada ao regime monárquico e à sua própria linhagem, mediante sua retirada para Portugal (LIMA, 2000, p. 139).

Ainda explicando a história por atributos individuais de personagens, e buscando as aproximações entre as independências do Brasil e da América Espanhola que na obra de Oliveira Lima desempenham papel central³, em uma das muitas passagens dedicadas à questão o autor se detém nas

[...] capacidades que se distinguiram, e até personalidades excepcionais, que modelaram as novas nações com a intuição fulgurante de Bolívar e com o entusiasmo entre estouvado e perspicaz de Dom Pedro, completado pelo patriotismo entre ardente e refletido de José Bonifácio (LIMA, 1922, p. 35)⁴.

Outros personagens destacados por Oliveira Lima são os ministros de D. João, como os “ativos e empreendedores na sua desordenada ilustração” (caso Rodrigo de Sousa Coutinho), ou “tímidos e curtos de inteligência, no seu tradicionalismo jurídico” (caso de Thomaz Antônio Vilanova Portugal) (LIMA, 2000, p. 140). A respeito do primeiro, escreveu também que “sem as qualidades exteriores de sedução de Barca ou de Palmela, era menos superficial e muito mais inteiriço do que o primeiro e mais audaz do que o segundo” (LIMA, 1996, p. 124). Carlota Joaquina, de acordo com um estereótipo já disponível e que se ainda mostraria muito longo, seria cheia de “caprichos libertinos” e “ambições políticas” (LIMA, 1996, p. 692). Também são destacados alguns dos deputados do Brasil às Cortes de Lisboa, cujos atributos pessoais rendem descrições recheadas de adjetivos: por exemplo Pedro de Araújo Lima, que “mostrar-se-ia o que sempre havia de ser: um cultor da legalidade, preso aos melindres jurídicos, respeitador por excelência da vontade popular”; Francisco Muniz Tavares, “de família dos tribunos, estalando de paixão e sequioso de vingança debaixo da sua compostura eclesiástica”; Francisco Vilela Barbosa, o futuro Marquês de Paranaguá, “o qual ainda hoje é um enigma, não pelo que diz



respeito ao talento mas pelo que diz respeito ao caráter, tanto o exaltando uns quanto outros o denigrem” (LIMA, 1922, p. 117); Domingos Borges de Barros, “espírito delicado a quem já preocupavam a sorte dos negros e a incapacidade política das mulheres e que, lírico mavioso, foi também diplomata suave”; e José Lino Coutinho, “insinuante, culto, eloquente, espirituoso, magnético” (LIMA, 1922, p. 118).

Dentre os Andradas, Antônio Carlos seria “dos três irmãos o que tinha o talento mais brilhante, porque tinha a palavra fácil, imaginosa e arrebatada”, dotado de “vigor moral” e no qual “o dom da convicção [...] era menor do que o dom da intimidação” (LIMA, 1922, p. 118-119). Diogo Feijó, que nas Cortes “já era então o ânimo firme e resolutivo que mais tarde, como ministro da justiça e regente do império, salvou a ordem pública ameaçada como nunca de subversão no Brasil” (LIMA, 1922, p. 119). E a respeito de José Bonifácio – junto a D. João e D. Pedro, o personagem mais saliente de *O movimento da Independência* - e sua parcial transformação político-intelectual observada a partir de seu retorno ao Brasil em 1819, afirma: “o seu fervor liberal cristalizou-se em um composto de sapiência e de firmeza de ânimo” (LIMA, 1922, p. 184; LIMA, 2000, p. 157).

Como vimos anteriormente, as bases intelectuais desse tipo de construção, que concebe a história como desenrolada pela ação de heróis-catalizadores de vontades sociais mais profundas, articulam a obra de Oliveira Lima com autores e escolas de pensamento típicos da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do XX⁵. No entanto, a morfologia dessa construção aplicada especificamente à história da Independência do Brasil era anterior, estabelecida em meio ao próprio processo de separação política entre Brasil e Portugal. Por toda a década de 1820, narrativas e análises de tal processo foram se dando por meio da imprensa periódica, de panfletos, de discursos políticos, dos escritos de viajantes estrangeiros e de outros autores que tomaram a si a tarefa de elaborar visões da história recente e corrente do Brasil, dentre os quais cabe lugar pioneiro e destacado a José da Silva Lisboa e sua *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, iniciada em 1826 e jamais terminada (OLIVEIRA, 2021a; SANTOS, 2016; SILVA, 2009). Posteriormente, autores como João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) e Sébastien Sisson (1824-1898) se encarregariam de estabelecer um cânone biográfico da Independência disponibilizado a Oliveira Lima (OLIVEIRA, 2021b; CEZAR, 2003). Nessas narrativas e análises, alguns indivíduos foram sendo destacados, elevados em importância acima de outros, o que foi fagocitando noções de processo histórico e de ação coletiva que, embora já fossem concebidas, só



seriam colocadas na linha de frente da análise histórica posteriormente, e a duras penas. Nas célebres e populares biografias históricas elaboradas por Octavio Tarquínio de Sousa, reunidas em *História dos fundadores do Império do Brasil* (1958), é precisamente isso o que se observa: a reiteração da importância de personagens canônicos da história da Independência, contudo, analisados sob o prisma de uma história política e processual nem sempre devidamente compreendida por seus leitores, a preferirem simples crônicas de indivíduos supostamente especiais (GONÇALVES, 2009)⁶.

A despeito das significativas e numerosas revisões historiográficas promovidas durante o século XX, e às quais a historiografia brasileira – incluindo a da Independência – jamais estiveram totalmente imunes ou indiferentes⁷, ainda é frequente a concepção de que a história se faz, basicamente, pela ação individual, psíquica e idiossincrática de alguns poucos indivíduos. E se no século XIX isso coadunava com a escrita da história em perspectiva nacional e nacionalista típica dos Estados nacionais em formação e consolidação, no século XXI isso parece se relacionar ao persistente desenvolvimento de formas de individualização social levadas ao limite por noções capitalistas modernas de sociedade, radicalizadas pelo mundo digital e seus mercados de consumo, e que muitas vezes levam inclusive à implosão da própria ideia de sociedade (ESCALANTE GONZALBO, 2015).

No que diz respeito particularmente à história da Independência, basta observar narrativas pobres do ponto de vista historiográfico, pouco críticas e repletas de distorções, mas que desfrutam de prestígio mercadológico e do grande público, e que ainda enfatizam atributos pessoais, de âmbito privado e íntimo de personagens tais quais aqueles precisamente destacados, cem anos atrás, por Oliveira Lima: D. João, D. Pedro e José Bonifácio; eventualmente, Leopoldina e Carlota Joaquina. Frequentemente, a heroicidade e a elevação moral de tais personagens é substituída por sua comicidade ou outras formas de detração, o que não só não implica uma crítica à concepção da centralidade do indivíduo supostamente especial na história, como aliás tende a reforçá-la⁸. E embora esse tipo de história esteja cada vez mais afastado das atuais práticas historiográficas acadêmicas, ela se encontra fortemente arraigada em rincões não acadêmicos da cultura de história brasileira (PIMENTA *et al.*, 2014).

A questão nacional na Independência

Na obra de Oliveira Lima, não apenas indivíduos especiais são caracterizados



por perfis psicológicos supostamente capazes de explicar a história: também as coletividades são assim encaradas. N’*O movimento da Independência*, produzido em um contexto intelectual de revigoração da questão nacional no Brasil e de tentativas especialmente contundentes de reforço de uma identidade nacional por meio da história, isso é viabilizado pelo uso do conceito de *emancipação*, empregado, aliás, tal qual havia sido formulado pelo próprio processo, entre as décadas de 1810 e 1820: “é natural que o filho chegado à maturidade se emancipe, e sucede entre as nações como entre os indivíduos” (LIMA, 1922, p. 17; OLIVEIRA, 1980). Brasileiros e portugueses, assim, seriam grupos dotados de caráter distinto entre si:

Os brasileiros estavam pois inconscientemente mais preparados para uma monarquia constitucional, ao passo que não faltavam entre os portugueses os que por seus sentimentos e interesses tinham que se manter instintivamente aferrados à monarquia absoluta (LIMA, 1922, p. 16).

A distinção entre “brasileiros” e “portugueses” é fundamental na apreciação que Oliveira Lima faz da Independência. Tal distinção seria, curiosamente, tanto prévia quanto coetânea do processo em si, uma espécie de essência que esse processo – por meio de seus indivíduos especiais – iria lapidando à medida em que libertava o Brasil das amarras impostas à sua plena existência. Assim, sobre a questão do retorno de D. Pedro à Portugal ordenado pelas Cortes de Lisboa em 1821, o autor afirma:

O tratamento a seguir era portanto o brando, não o drástico. A ignorância mal desculpava o segundo, porque país algum que uma vez gozou dos foros da soberania se resigna de bom grado a abdicá-la. Este era o caso do Brasil, que a mudança da corte convertera em nação e não se resignaria a voltar a ser uma dependência, menos ainda um mosaico e colônias (LIMA, 1922, p. 21)⁹.

Oliveira Lima, aqui, vale-se da ideia de que as Cortes queriam efetivamente “recolonizar” o Brasil. Trata-se de um discurso da época da Independência, e de vida longa até os dias de hoje, não obstante parte da historiografia já tê-lo colocado em seu devido lugar, isto é, como uma retórica política da época, e não como descrição razoável de fatos a ela correspondentes (BARMAN, 1988; BERBEL, 2005; ROCHA, 2009). A tentativa de “recolonização”, de acordo com



Oliveira Lima, tanto mais absurda seria por querer se impor a uma nação – a brasileira – supostamente criada a partir de 1808.

Mas se o Brasil virara uma nação em 1808, um sentimento nacional a ela correspondente viria sendo preparado politicamente desde antes, e continuaria a sê-lo depois – como na Revolução de 1817, à qual o pernambucano Oliveira Lima é claramente simpático:

Na verdade, a ideia da independência brasileira precedera o estabelecimento em Portugal do regime constitucional. Sem falar na conjuração mineira e outras sedições coloniais, falhas de solidariedade e sem as condições precisas para vingar, a trasladação da corte portuguesa do Velho para o Novo Mundo provocara um movimento geral de tendência à libertação política de que fora manifestação ardente a revolução de 1817 (LIMA, 1922, p. 51; LIMA, 2000, p. 154).

Em outra passagem, quiçá seu argumento seja ainda mais claro. Afinal, aqui entra em cena, mais uma vez, um dos heróis-catalizadores da história: “o rei¹⁰, transferindo sua corte para o Rio de Janeiro, tinha de algum modo dado uma primeira, posto que involuntária, satisfação às aspirações nacionalistas ainda vagas, mas que em Minas Gerais já tinham assumido aspecto de conjuração” (LIMA, 1922, p. 77-78). Logo no início de *D, João VI no Brasil*, lemos que

[...] o elemento culto da opinião, este entrou há muito a considerar com razão, e ainda que mais instintivamente do que conscientemente, Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira, um título que o Instituto Histórico consagrou ao abrir o seu concurso para a narração do reinado daquele monarca (LIMA, 1996, p. 21).

Já em uma passagem conclusiva da mesma obra, lê-se que:

Dom João veio e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contestada sem pejo. Deixava o Brasil maior do que o encontrara (LIMA, 1996, p. 689)¹¹.

Sobre José Bonifácio e, novamente, seu retorno ao Brasil em 1819, afirmaria:



“assistira ao ocaso do reinado americano de Dom João VI e sentira palpitar em redor de si as aspirações, posto que confusas e desunidas, da jovem nacionalidade que almejava bater suas asas ao sol da liberdade e adejar sem peias no espaço imenso” (LIMA, 1922, p. 113). Assim, a nacionalidade brasileira já existiria, supostamente criada – como vimos – em 1808 a partir de sentimentos e manifestações ainda mais antigas; logo – no que Oliveira Lima evoca uma das ideias centrais da *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), um dos autores mais referidos por ele – D. Pedro daria sua contribuição para a plena existência dessa nacionalidade. Existência que o uso do conceito de *emancipação*, como vimos, fazia inevitável. Em 1821

[...] não tinha o príncipe uma natureza para ficar imune ao contágio da febre nacionalista. A resistência dos seus preconceitos unionistas era frouxa, e a febre ia-se alastrando como uma epidemia, passando dos clubes secretos, onde incubara, para as gazetas que iam pululando afogadas de radicalismo, e não respeitando sequer o púlpito (LIMA, 1922, p. 143).

Aqui, é notável como o esquema explicativo construído por Oliveira Lima o torna refém de seus pressupostos, a despeito de seu livro conter elementos que, lidos de outra maneira, matizariam, relativizariam, ou até mesmo implodiriam tal esquema. Por exemplo, quando trata do “Fico”. Nessa ocasião, Oliveira Lima transcreve a primeira versão da resposta de D. Pedro ao Senado da Câmara, de 09 de janeiro de 1822, cujos termos são: “Convencido de que a presença da minha augusta pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa...”; logo, nos apresenta a segunda e definitiva versão: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico” (LIMA, 1922, p. 55). A nação referida por D. Pedro, claramente, é a *portuguesa*; no entanto, Oliveira Lima, que estrutura toda a sua exposição em torno do surgimento de uma nação *brasileira anterior à Independência*, não o menciona.

Mas em princípios do século XIX, essa nação brasileira, supostamente criada anteriormente, não seria ainda livre: precisaria de impulsos para existir plenamente. A propósito dos debates constitucionais lisboetas, Oliveira Lima afirma:

[...] ao mesmo tempo que em Portugal se ia comprometendo a solidez do edifício nacional e o próprio futuro da monarquia, melhor dito da nação,



com a sizania introduzida entre os elementos chamados a pactuar e unir-se, no Brasil vingava a concepção constitucional entre os que se dispunham a modelar a nova nacionalidade (LIMA, 1922, p. 198).

Aqui, temos a nação brasileira sendo “modelada”. Logo em seguida, na mesma direção, afirmaria que “o sentimento nacional brasileiro era um sentimento em via de formação, que se estava manifestando no Brasil do mesmo modo que nas colônias espanholas” (LIMA, 1922, p. 198)¹². E eis que entra em cena o principal catalizador dessa nação: D. Pedro. Sobre sua viagem à província de Minas Gerais em 1822 – onde haveria um “movimento nacionalista local” (LIMA, 1922, p. 212) – lemos, em uma notável passagem a introduzir atributos de paisagem natural à nacionalidade brasileira, que

[...] essa viagem foi denominada sua verdadeira nacionalização e o visconde de Porto Seguro pensa que deve ter sido um poderoso incentivo para ela o efeito da natureza mineira, selvática e majestosa. É fato que Dom Pedro nada conhecia do Brasil além de Santa Cruz e, por mais bela que seja a baía de Guanabara, o espetáculo das montanhas e dos rios donde tinha sido canalizado para Portugal o jorro de ouro e de diamantes do século XVIII, era certamente próprio a exaltar uma imaginação como a sua que, se se não deixava porventura seduzir pelas paisagens pitorescas, sempre se mostrou disposta a deixar-se empolgar pelas perspectivas de grandeza moral e política (LIMA, 1922, p. 217).

D. Pedro faria a nação brasileira, ao mesmo em que seria feito por ela. Em outra passagem, tal argumento é reiterado:

atente-se bem nesta expressão: *sangue puro brasileiro*. No discurso de abertura do conselho dos procuradores, repetiu Dom Pedro a referência ‘ao Grande Brasil de quem sou filho’. Há nessas palavras como que o repúdio da sua filiação portuguesa e a afirmação orgulhosa de uma nova e poderosa nacionalidade que se estava moldando nas suas mãos e que ele ia libertar politicamente (LIMA, 1922, p. 253).

Mas como vimos anteriormente, não são apenas os atributos pessoais de D. João e D. Pedro que, segundo o autor, importam para que o “movimento de Independência” permitisse sua mais expressiva realização. Assim, voltam à cena os deputados das províncias do Brasil em Lisboa. Com a recomposição



da comissão das Cortes para assuntos relativos ao ultramar, em agosto de 1822, seus agora integrantes americanos seriam “gente aliás de comprovado sentimento nacionalista” (LIMA, 1922, p. 285). Como aliás, o seria, segundo Oliveira Lima, a maioria daquela deputação:

[...] as figuras principais dentre os americanos eram nacionalistas: vários destes eram antes bairristas, mas por esta circunstância mesma e pela sugestão ainda poderosa que a mãe pátria exercia sobre outras das figuras, a deputação brasileira estava longe de oferecer um todo coeso e uniforme, do que a maioria tirava partido para mais facilmente fazer pesar sobre o reino transatlântico o jugo da sua preponderância (LIMA, 1922, p. 288).

Em suma: embora os deputados “brasileiros” tivessem “por si o número além do ardor, e também a razão”, ao passo que os “portugueses” deviam “apoiar-se exclusivamente em tropas de ocupação” (LIMA, 2000, p. 154) e por mais talentosos e nacionalistas que fossem, seriam incapazes de moldar, libertar, concretizar plenamente a nação brasileira. Isso só teria sido possível por obra dos outros heróis centrais da Independência.

Sabemos que a partir de 1808 foram crescendo as referências a *brasileiros* por parte de muitos dos sujeitos envolvidos na vida política europeia, portuguesa e americana; a partir de 1821 e 1822, tais referências cresceram ainda mais, e passaram a integrar um jogo de distinções identitárias embasado no emergente projeto de um governo – logo, de um Estado – brasileiro separado de Portugal. A referência à nação brasileira, mais fraca uma vez que as Cortes procuraram reforçar uma nação portuguesa que incluísse os portugueses da América, tendeu a se estabelecer pouco depois. Trata-se, para todos os efeitos, de um processo complexo de politização de velhas e novas identidades, do qual resultará, efetivamente, uma nação brasileira depois de 1822. Nada nesse processo endossa a ideia de que a Independência foi resultado de uma nação brasileira prévia a ela; logo, de uma luta crescentemente nacionalista de brasileiros contra portugueses (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). Mesmo assim, essa foi a versão que, com variações, se estabeleceu ao longo do século XIX, com a colaboração de John Armitage (1807-1856), de historiadores vinculados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e de Varnhagen, dentre outros.

A Independência como luta nacionalista em defesa de uma nação brasileira pré-existente ainda é forte, não obstante ter sido, há muito, descartada pela



historiografia especializada. Tal versão, que com vimos, atravessava a obra de Oliveira Lima cem anos atrás, encontra abrigo em muitos meios não-acadêmicos de conhecimento histórico em nossa sociedade atual¹³.

O “Grito do Ipiranga”

A singularidade do indivíduo heroico e seu destino de libertar a nação pré-existente encontram uma síntese perfeita em *Formação histórica da nacionalidade brasileira*:

Foi aliás o elemento avançado que impôs o título de Imperador, que não deixava de ser lisonjeiro ao amor-próprio de um príncipe que não podia ser de nenhum modo estranho às vaidades humanas. A independência assim concebida e assim realizada cessava de parecer o resultado do belo gesto do Ipiranga quando, ao receber naquela planície próxima de São Paulo, para onde viajava a cavalo, os últimos despachos ameaçadores das Cortes de Lisboa, D. Pedro respondeu altivamente às provocações de uma assembleia inchada de orgulho revolucionário e presa, ao mesmo, em respeito ao reino irmão, de um delírio reacionário. Sabe-se que foi ali, onde, desembainhando o sabre, o Príncipe Regente lançou o brado célebre: ‘Independência ou morte!’. A independência tornava-se, pela ação do elemento avançado, o fruto do parto doloroso de uma nação formada por três séculos de aventuras e de labores. A D. Pedro cabia todavia a honra de haver sido, no momento decisivo, a revelação superior de um estado de alma coletivo; de se ter constituído o centro de convergência, ainda que mais convencional que espontâneo, de aspirações que se tinham tornado gerais; de se haver feito o executor de um movimento político que, sem ele, se teria igualmente executado, mas teria sido dispersivo (LIMA, 2000, p. 161-162).

O “Grito do Ipiranga” mereceu um capítulo inteiro de *O movimento da Independência*. Segundo seu autor, às margens daquele riacho, em 07 de setembro de 1822, por volta de quatro e meia da tarde, a D. Pedro “nesse momento supremo como que lhe foi preparado o tempo para uma última reflexão sobre o jogo do seu destino, tão breve e tão agitado” (LIMA, 1922, p. 321). Logo, D. Pedro teria bradado: “É tempo! Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”; em seguida,



a guarda e os demais circunstantes repetiram o brado, que foi o juramento de honra da perene liberdade da nova nacionalidade criada nesse instante e que ecoou pela campina deserta, talvez até do carreiro que o pintor ali colocou para um feliz efeito de contraste (LIMA, 1922, p. 322).

A referência “ao pintor” diz respeito, evidentemente, a Pedro Américo (1843-1905), que, como se sabe, em sua célebre tela não procurou mostrar o Grito tal qual ele teria ocorrido, mas sim representar a nacionalidade brasileira na imagem que compôs (MATOS; OLIVEIRA, 1999). Disso pareceria ter ideia Oliveira Lima, ao afirmar que o carreiro foi deliberadamente posto em cena por Pedro Américo para criar um efeito. No entanto, páginas atrás, a outra menção ao quadro de Américo tem outro tom: o pintor estaria mostrando a realidade do Grito e da própria Independência, esta, com seu alijamento – positivo, para Oliveira Lima - das massas populares, embora paradoxalmente ela tivesse promovido o que o autor chamou de “Império Democrático”¹⁴:

Eduardo Prado notou com sua habitual finura a intuição genial do pintor Pedro Américo, colocando no seu quadro da proclamação da Independência, em plano inferior ao príncipe e à sua comitiva militar vibrante de entusiasmo, com as espadas nuas e alçadas e nos lábios o grito épico, o carreiro boçal, guiando seus bois, atônito diante daquela cena cujo sentido lhe escapava (LIMA, 1922, p. 37).

A reprodução da tradição já amplamente consolidada à época de Oliveira Lima¹⁵ em torno da centralidade do Sete de Setembro na história da Independência não encontra, na obra do autor, nenhuma objeção. Aqui, é interessante observar que isso ocorre a despeito da transcrição do edital do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, assinado por José Clemente Pereira e convocando “povo e tropa desta cidade” para a aclamação de D. Pedro no dia 12 de outubro (LIMA, 1922, p. 328-329), e que não faz qualquer menção àquilo que teria ocorrido às margens do riacho paulista pouco mais de um mês antes; e a despeito também da afirmação de Oliveira Lima de que Felisberto Caldeira Brant, em 16 de novembro de 1822, “tinha informação, posto que não oficialmente confirmada, do 7 de Setembro” (LIMA, 1922, p. 346), sem no entanto fornecer qualquer detalhe ou fundamentação disso. A crença na tradição, mais uma vez, condicionava sua interpretação das fontes e não deixava espaço para dúvidas.

Seja por meio da exaltação, seja por meio do escracho, a centralidade do



“Grito do Ipiranga” no processo de Independência, elaborada ao longo do século XIX, conhece grande prestígio na cultura de história brasileira um século após Oliveira Lima ter contribuído para seu fortalecimento. E embora a historiografia atualmente seja mais capaz do que obras não acadêmicas de perceber e criticar exageros, distorções e equívocos decorrentes dessa centralidade, tampouco ela se encontra totalmente isenta do peso da forte tradição que ainda perdura relativa a esse acontecimento.

O “desquite amigável”

Indivíduos personificando o curso desejável e natural da história, o desabrochar da nacionalidade ameaçada e um momento apoteótico de convergência de todas essas forças. A interpretação de Oliveira Viana acerca da Independência tem como corolário a concepção de que, no fundo, ela se deu como uma espécie de “desquite amigável”, expressão utilizada para reforçar uma à época já convencional ideia de que a formação do Império do Brasil seguiu um curso pacífico, não-violento, o que traduziria um fundamento conciliador do próprio caráter nacional brasileiro.

Tal ideia, criada em meio ao próprio processo de Independência e intensamente reelaborada como componente importante de uma memória nacional em construção ao longo do século XIX, aparece em um título de capítulo de *Formação da nacionalidade brasileira*, intitulado “A Independência se consuma como uma espécie de divórcio. – Papel importante de José Bonifácio. – O príncipe real, fator principal da separação”. Em suas páginas, lemos que

entre o príncipe e o ministro o acordo tinha sucedido – fusão íntima de ideias antes que entendimento sobre projetos assentados – para fazer da Independência, se possível, um divórcio amigável em vez de uma ruptura odiosa, menos ainda que uma querela sangrenta (LIMA, 1997, p. 184).

N’O *movimento da Independência*, Oliveira Lima retoma a expressão e a ela dedica maior atenção, introduzindo inclusive o matiz segundo o qual um “desquite” jamais poderia ser totalmente “amigável”:

Tem-se dito da independência do Brasil que foi um desquite amigável entre os reinos unidos. Não há, porém, desquite perfeitamente amigável:



precedem-no sempre incompatibilidades, rugas, desavenças. Pode não ocorrer propriamente violência. Foi o que se deu nesse caso: a separação só teve que arcar com a resistência do general Madeira na Bahia, depressa vencida. O mais consistiu em amuos, ameaças e ajustes de interesses (LIMA, 1922, p. 7).

E assim, a Independência, se não totalmente amigável, teria sido um movimento fundamentalmente não violento. Para muitos autores, antes e depois de Oliveira Lima, essa não-violência seria um signo da superioridade histórica do processo brasileiro quando comparado com os demais ocorridos no mundo americano do século XIX. Nas palavras de Wilma Peres Costa, tal interpretação foi a base para a concepção de surgimento de uma ordem política monárquico-constitucional que “Oliveira Lima não considerava como fórmula importada da Europa, mas como construção original levada a cabo a partir da emancipação” (COSTA, 2005, p. 70; PIMENTA; PAULINO, 2015, p. 153-171).

O mito de uma independência pacífica, desdobrado no mito do caráter pacífico, cordato, negociador e avesso a conflitos daquela nação brasileira que estava surgindo em meio do processo de independência – e não antes dela, como entendeu Oliveira Lima e tantos outros – se tornaria uma potência arrebatadora na cultura de história, na sociedade brasileira de modo geral e em suas expressões de senso-comum, perdurando até os dias de hoje¹⁶. Capaz até mesmo de, eventualmente, seduzir e confundir historiadores e outros acadêmicos especializados.

Conclusões

Manuel de Oliveira Lima e sua obra encontram-se, cronologicamente falando, em uma espécie de “meio do caminho” entre nós e a Independência; mas não apenas cronologicamente. É certo que esse impactante historiador propôs novas visões sobre a história do Brasil e contribuiu para a elucidação de fatos e processos que lhe garantiram importância e prestígio dentre muitos de seus pares, em sua época ou posteriormente; também nos legou uma obra erudita que até hoje serve de ponto de partida para o entendimento de muitas questões relativas à Independência. Em meio a tudo isso, porém, Oliveira Lima também reiterou, fortaleceu e deu novas roupagens a tradições e convenções, contribuindo assim, do alto de sua autoridade intelectual, para a perpetuação das mesmas. E embora a historiografia da Independência ao longo



do século XX tenha, em muitos momentos, obliterado sua produção e suas interpretações, estas continuaram vivas em meio a saberes não acadêmicos sobre a Independência. E é assim até hoje (CASTRO, 2019).

Duzentos anos depois da Independência, e cem anos depois de Oliveira Lima, historiadores acadêmicos já converteram o segundo, à exemplo da primeira, em um tema de estudos. Ao unirmos os dois em um mesmo tema, temos a oportunidade de estudar a obra desse importante autor em seu papel na configuração dessas longas durações historiográficas que chegaram a ele, e às quais ele deu força em direção ao futuro. Ao fazê-lo, podemos nos perguntar pela razão de ser dessas longas durações e, sobretudo, pela sua atualidade: o que nossa sociedade vê em heróis do passado, em anti-heróis caricatos, em lutas nacionalistas supostamente pacíficas, em identidades nacionais reais ou imaginárias, em fatos estrondosos ou, novamente, caricatos, que moveriam a história do Brasil? Questões cujas respostas podem nos ajudar, com o estudo do passado, a iluminar nosso presente.

Referências

BAGGIO, Kátia Gerab. O olhar de Oliveira Lima sobre a América Latina. *In*: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; LOKOI, Zilda M. Gricoli (org.). *História: Fronteiras*. São Paulo: Humanitas, 1999. v. 1, p. 401-412.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BERBEL, Márcia. A retórica da recolonização. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec, 2005, p.791-808.

Bonifácio : o fundador do Brasil. Dir. Mauro Ventura, 2018. 1 vídeo (1h22min). Publicado pelo canal AdoroCinema. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-265213/>. Acesso em: 04 out. 2021.

BUENO, Eduardo. *Dicionário da Independência: 200 anos em 200 verbetes*. Porto Alegre: Piu, 2020.

CASTRO, Sheila Virgínia. *Representações da Independência na literatura brasileira, séculos XIX-XXI*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CEZAR, Temístocles. *Livros de Plutarco: biografia e escrita da História no Brasil*



do século XIX. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p.73-94, 2003.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 53-118.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *Historia mínima del neoliberalismo*. México D. F.: Colmex, 2015.

FRANCHINI, Hélio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil: um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira 1500-2000*. São Paulo: Ed. Senac, 2000. p.127-175.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1908.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Formation historique de la nationalité brésilienne*. Paris: Garnier, 1911.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.



LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

MALATIAN, Teresa. A sedução americana: Oliveira Lima e o Pan-Americanismo. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; LOKOI, Zilda M. Gricoli (org.). *História: Fronteiras*. São Paulo: Humanitas, 1999. v. 1, p. 413-423.

MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima, Manuel de. *Dicionário de historiadores portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, s.d.

MATOS, Claudia Valladão de; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Historiografía y memoria de la Independencia. In: PIMENTA, João Paulo (org.). *Y dejó de ser colonia: una historia de la Independencia de Brasil*. Madrid: Silex Ediciones, 2021a. p. 335-370.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Oliveira Lima e o debate sobre a construção da nacionalidade. In: RÊGO, André do; NEVES, Lúcia; GUIMARÃES, Lúcia (org.). *Oliveira Lima e a longa história da Independência*. São Paulo: Alameda, 2021b. p.235-265.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PIMENTA, João Paulo *et al.* A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*, São Paulo, n.8, p. 5-36, dez. 2014.

PIMENTA, João Paulo; PAULINO, Mariana Ferraz. Uma revolução interdita: esboço de uma genealogia da ideia de “não-independência” do Brasil. In: ALTEZ, Rogelio; CHUST, Manuel (ed.). *Las revoluciones en el largo siglo XIX latinoamericano*. Madrid: Iberoamericana, 2015. p. 153-171.

PONTES, Evandro Fernandes de. *Os pilares da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.



PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo: EdUNESP, 2009.

SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. *A exposição internacional do centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - UNICAMP, Campinas, 2008.

SANTOS, Cristiane Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Bruno Diniz. Cayru e o primeiro esboço de uma história geral do Brasil independente. *História da Historiografia*, Mariana, n. 2, p. 260-266, 2009.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio à 2ª edição. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 770-775.

TAUNAY, Affonso d'E. *Grandes vultos da independência brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

TAVARES, Marcelo dos Reis. *Oliveira Lima e a fundação da nacionalidade brasileira por Dom João VI*. Franca: EdUNESP, 2003.

Notas

¹Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP); Doutor em História pela mesma universidade.

²Por “cultura de história” entendemos o conjunto de valores e atitudes de uma determinada sociedade em relação a seu passado entendido como coletivo, incluindo posturas negativas de silenciamento e desprezo (PIMENTA *et al.* 2014, p. 5-36).

³Segundo Teresa Malatian, isso em razão de sua atuação de diplomata, defensor de uma integração latino-americana prioritária em relação ao panamericanismo filo-estadunidense em voga à sua época (MALATIAN, s.d.; MALATIAN, 1999, p. 414-423; BAGGIO, 1999, p. 401-412).

⁴Mais adiante, complementa o autor: “no Brasil o tipo que mais se lhe assemelha [a Bolívar] é o de Dom Pedro, um peninsular que da mãe herdara muitos traços do caráter espanhol” (LIMA, 1922, p. 35).

⁵Affonso de Taunay, por exemplo, mostrar-se-ia declaradamente alinhado com Oliveira Lima em um livro publicado no mesmo ano e pela mesma editora de *O movimento da Independência*, e inteiramente dedicado aos “protagonistas” da Independência: “Assim entendeu que a coerência devia levá-la [a Companhia Melhoramentos de São Paulo] a comemorar nosso grande centenário com uma publicação especial sobre a emancipação política do Brasil, além da magnífica obra, com que, tão elevadamente, concorre para as



letras históricas nacionais, da lavra do eminente Oliveira Lima” (TAUNAY, 1922, p. 3).

⁶É significativo que Octávio Tarquínio de Sousa destacasse, em comentário ao *D. João VI no Brasil*, justamente a capacidade de seu autor em não se limitar ao perfil e à subjetividade do personagem histórico central do livro: “O nosso primeiro e único rei, esse pouco brilhante e nada marcial Bragança, que se viu coagido a deixar a metrópole e a estabelecer em poucos anos na colônia americana as bases e o arcabouço de uma nação, encontrou em Oliveira Lima o seu melhor intérprete, um retratista que, sem o embelezar, não deixou na sombra os seus traços identificadores, um historiador que, ao lado da reconstituição psicológica do homem e do príncipe, pôde, mediante sondagens largas e profundas, definir e recompor nos elementos mais característicos o Brasil das duas primeiras décadas do século XIX” (SOUSA, 1996, p. 770-771).

⁷Como a chamada Escola dos Annales, muitos marxismos historiográficos, e as igualmente numerosas histórias “de baixo”, isto é, de grupos periféricos, marginais e subalternos, para mencionar apenas algumas dessas revisões. No caso específico da historiografia da Independência, na década de 1930 Caio Prado Júnior golpearia de modo contundente – mas não definitivo – o peso dos indivíduos e de seus atributos na explicação dos processos históricos (PRADO JÚNIOR, 1933).

⁸Alguns exemplos, dentre muitos possíveis, são os livros de Laurentino Gomes, cujos títulos bem expressam essa tentativa de individualização da história (GOMES, 2007, 2010); o filme *Bonifácio: o fundador do Brasil*(2018), inspirado nas ideias do auto-proclamado “filósofo” Olavo de Carvalho; e os livros de Eduardo Bueno (2020) e Evandro Fernandes de Pontes (2021).

⁹Como complemento, afirmaria pouco depois: “a presença da Corte tinha indiretamente trazido muitos benefícios e dotado o Brasil da categoria de nação” (LIMA, 1922, p. 36).

¹⁰“O rei” era, na realidade, ainda um príncipe em 1808, como Oliveira Lima evidentemente o sabia. Seu descuido quanto a esse detalhe talvez possa ser visto como mais uma demonstração dessa essencialização de personalidade histórica tão recorrentes em sua obra: assim, D. João, rei de fato *somente a partir de 1818*, seria, no fundo, *sempre rei*.

¹¹Sobre D. João como fundador da nacionalidade em Oliveira Lima: TAVARES, 2003.

¹²A ideia de nacionalidades pretéritas às independências hispano-americanas tampouco é hoje endossada pela ampla maioria da historiografia acadêmica, mas em muitos países goza de prestígio em vozes não-especializadas.

¹³Aqui, mais uma vez a obra de Laurentino Gomes nos fornece um bom exemplo dessa persistente interpretação distorcida, para quem em 1808 “o Brasil libertava-se de três séculos de monopólio português e se integrava ao sistema internacional de produção e comércio como uma nação autônoma” (GOMES, 2007, p. 193). Seus livros dois livros endossam plenamente a ideia da Independência como uma luta nacional entre “brasileiros” e “portugueses”, e das Cortes como “recolonizadoras”. Neste segundo ponto, cerram fileira com o livro de Leandro Narloch (2011, p. 284).

¹⁴Inspirada parcialmente nos escritos de Justiniano José da Rocha (), o “império democrático” ou “democracia coroada” é uma das elaborações mais originais de Oliveira Lima acerca da Independência, aqui não analisada para ceder lugar, como mencionado anteriormente, a seus aspectos mais convencionais e reiterativos (COSTA, 2005, p. 68-69; OLIVEIRA, 2021b)



¹⁵Como nas obras de Pereira da Silva e Varnhagen.não tem referencias

¹⁶Como bem o assinala FRANCHINI, 2019.

João Paulo Pimenta
Oliveira Lima e as longas durações da
historiografia da Independência

Artigos